

O QUE A ELITE SE NEGA A ACEITAR

O cenário da segurança pública nas Américas mudou de patamar. Enquanto Donald Trump reunia líderes latinos em Miami para erguer o "Escudo das Américas", o governo brasileiro ficou sem convite. A ausência de Lula na mesa onde se decide o combate ao narcoterrorismo é o sintoma claro de uma desconexão perigosa entre o que Brasília diz e o que o mundo exige. Donald Trump deixou claro desde que voltou ao poder que o combate ao terror e ao tráfico de drogas estava na sua lista de prioridades. As operações na Venezuela mostraram que não se tratava de retórica.

A diplomacia americana prepara mais um passo decisivo e o Brasil entra na mira: está sendo finalizado o dossiê para declarar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas. Na prática, isso significa congelar bens, aplicar sanções financeiras severas e abrir as portas para operações de inteligência que sufocam o crime organizado onde ele mais sente: no bolso e na logística.

Enquanto o mundo sobe o tom, o governo brasileiro prefere o eufemismo. A insistência em tratar facções criminosas apenas como "problema social" ou "segurança pública comum" cria um abismo estratégico. Pior que a omissão, é a tentativa de distorcer a realidade. A frase de que "o traficante é vítima do usuário" tornou-se um marco dessa visão. Tentar humanizar quem extorque, mata e domina territórios inteiros é um erro que custa caro à reputação e à segurança do país.

A mudança de tom do governo não veio por uma súbita percepção ética, apenas por cálculo político. Pesquisas de opinião mostraram o estrago profundo que a declaração causou na popularidade de Lula. O povo brasileiro, que convive diariamente com a violência, rejeitou o papel de "coitadinho" dado ao criminoso. Foi o medo dos números, e não a consciência do perigo, que forçou o recuo e a tentativa de dizer que "não foi bem isso o que ele quis dizer".

O "Escudo das Américas" é uma resposta prática à falência do diálogo com quem usa o terror como método. Líderes como Milei e Bukele entenderam que o crime organizado hoje é uma ameaça à soberania das nações. Ao se recusar a chamar o bandido pelo nome e o terrorista por sua classificação real, o Brasil escolhe o isolamento.

Por muitas vezes, em especial com as operações americanas na Venezuela, a esquerda brasileira falou em ataque à soberania. A soberania de um país se demonstra com o controle efetivo de suas fronteiras e a proteção de seus cidadãos, não com retórica condescendente. Hoje, 26% da população brasileira vive, de algum modo, sob o controle de facções criminosas.

Enquanto Washington arma um cerco financeiro e militar contra as facções, o Brasil corre o risco de se tornar o último refúgio de narrativas que o resto do continente já abandonou. O Planalto já fez chegar às redações que Lula vai tentar demover o governo americano da ideia de classificar as facções brasileiras como organizações terroristas, sob o manto da preocupação com a soberania. Não é nenhuma surpresa, o histórico mostra de que lado cada um está. Também não surpreenderá se receber apoio de setores que não sofrem o que o cidadão sofre diariamente.

A insegurança não está nos gabinetes e passa longe dos carros blindados das elites política e financeira.

O crime organizado precisa ser tratado como inimigo, e não como uma vítima das circunstâncias.

O Brasil vai seguir sendo o elo fraco da corrente?

- **Aliança continental contra o crime:** Articulação entre líderes das Américas para tratar facções e narcotráfico como ameaça terrorista à soberania regional.
- **Isolamento brasileiro:** Ausência do Brasil na articulação hemisférica e divergência política sobre a classificação e o combate às facções.
- **Distância entre elite e realidade:** Vida protegida em gabinetes e carros blindados contrasta com grande parcela da população sob domínio territorial de facções criminosas.

